1. Relatório de Acompanhamento da Execução dos Investimentos – Outubro de 2026

Em atendimento aos princípios de transparência, governança, controle e acompanhamento contínuo da gestão dos recursos garantidores do Regime Próprio de Previdência Social, previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025, na Portaria MTP nº 1.467/2022 e nas diretrizes estabelecidas pelo Manual do Pró-Gestão RPPS, o Comitê de Investimentos encaminha o presente Relatório de Acompanhamento da Execução dos Investimentos referente ao mês de outubro de 2026, para apreciação dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

O presente relatório contempla a análise da rentabilidade da carteira, aderência à meta atuarial, enquadramento perante a Resolução CMN nº 5.272/2025, análise de riscos e liquidez, movimentações realizadas, avaliação da estratégia de investimentos adotada e cenário econômico que influenciou o desempenho da carteira no período.

No encerramento de outubro de 2026, o patrimônio da carteira de investimentos do ITAPREV atingiu R$ 619.055.053,41, enquanto o montante efetivamente investido totalizou R$ 619.032.947,17, com disponibilidade financeira de R$ 22.106,24. No mês, a carteira apresentou rentabilidade negativa de 0,81%, correspondente a resultado financeiro negativo de R$ 5.112.198,71.

O resultado de outubro demonstra desempenho desfavorável da carteira no período, ficando abaixo da meta atuarial mensal de 0,79%. Entretanto, no acumulado de 2026 até outubro, a carteira apresentou rentabilidade de 10,97%, frente a uma meta atuarial acumulada de 9,23%, representando superação de 1,74 ponto percentual.

Esse resultado demonstra que, apesar da retração observada no mês, o desempenho acumulado da carteira permanece superior ao parâmetro atuarial estabelecido para o exercício. A evolução observada reforça a importância da manutenção de uma estratégia diversificada, acompanhada de avaliação permanente dos riscos, especialmente diante das oscilações verificadas nos segmentos de renda variável e investimentos estruturados.

A composição da carteira permaneceu concentrada em ativos de renda fixa, que representavam 81,67% do patrimônio investido, equivalentes a R$ 505.561.926,67. A renda variável correspondia a 11,49%, equivalente a R$ 71.139.461,02; os investimentos estruturados representavam 6,82%, equivalentes a R$ 42.194.355,56; e os fundos imobiliários correspondiam a 0,02%, totalizando R$ 137.203,92.

A predominância da renda fixa permanece compatível com a necessidade de preservação patrimonial, geração de fluxo financeiro e controle de riscos inerentes à gestão dos recursos previdenciários. A carteira mantém exposição a ativos pós-fixados e indexados à inflação, além de títulos públicos e títulos privados bancários, buscando equilíbrio entre liquidez, segurança e rentabilidade compatível com os objetivos atuariais do Instituto.

No que se refere ao enquadramento legal, a carteira foi analisada sob os parâmetros da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos vigente. Conforme a seção narrativa do relatório da consultoria, as alocações encontravam-se enquadradas nos limites legais aplicáveis ao RPPS. A maior participação correspondia aos fundos de renda fixa referenciados com 100% de títulos do Tesouro Nacional, enquadrados no art. 7º, inciso I, representando 54,12% da carteira, equivalente a R$ 335.026.842,31. Os ativos bancários classificados no art. 7º, inciso VI, correspondiam a 15,58%, equivalentes a R$ 96.463.004,91.

Entretanto, o demonstrativo de enquadramento por segmento do próprio relatório da consultoria identifica R$ 137.203,92, correspondentes a 0,02% da carteira, na categoria de fundos imobiliários como "Desenquadrado", embora a seção narrativa informe o enquadramento das alocações. Dessa forma, permanece necessária a solicitação de esclarecimento formal à consultoria de investimentos quanto à divergência entre as informações apresentadas, bem como a confirmação do enquadramento regulatório aplicável ao ativo e das providências cabíveis. Até que haja esclarecimento documental, não se deve considerar essa divergência definitivamente solucionada.

A análise de liquidez demonstra posição relevante de recursos com disponibilidade em prazos curtos. Ao final de outubro, 73,66% da carteira apresentava liquidez de até 30 dias, equivalente a R$ 455.963.015,53. A parcela com liquidez entre 31 e 180 dias correspondia a 2,48%, ou R$ 15.371.629,05; entre 181 e 365 dias, a 1,06%, ou R$ 6.566.727,87; entre um e dois anos, a 3,73%, ou R$ 23.076.444,35; e acima de dois anos, a 19,07%, equivalente a R$ 118.055.130,37.

A estrutura de liquidez observada permite ao Instituto manter capacidade relevante de atendimento às necessidades de curto prazo, sem comprometer a estratégia de manutenção de ativos com horizontes mais longos, especialmente aqueles destinados à composição de uma carteira compatível com o passivo previdenciário. A gestão deve, contudo, continuar acompanhando os fluxos de receitas e despesas previdenciárias, os vencimentos dos ativos e as necessidades futuras de caixa, de modo a compatibilizar a liquidez da carteira com as obrigações do Regime.

Durante o mês de outubro, foram registradas aplicações no montante de R$ 11.891.475,88 e resgates de R$ 8.166.020,14, resultando em movimentação líquida positiva de R$ 3.725.455,74. Além desses fluxos, a carteira apresentou resultado financeiro negativo de R$ 5.112.198,71. A evolução patrimonial no período deve, portanto, ser compreendida considerando tanto a rentabilidade dos investimentos quanto as movimentações de entrada e saída de recursos.

No segmento de renda fixa, os ativos continuaram exercendo papel de sustentação da carteira, contribuindo positivamente para o resultado consolidado. O segmento apresentou rentabilidade de 0,69% no mês, com resultado financeiro positivo de R$ 3.476.773,84. Entre as posições relevantes encontram-se fundos compostos por títulos públicos federais, instrumentos indexados ao IPCA e ativos pós-fixados, além de Letras Financeiras e outros títulos privados bancários. Entre os destaques de rentabilidade positiva encontram-se o Caixa Topázio Corporativo, com retorno de 0,99%, o BB Perfil Soberano, com 1,02%, e o Caixa Brasil 2027, com 1,45%.

Os títulos privados bancários permanecem como componente relevante da estratégia de diversificação da renda fixa, representando R$ 96.463.004,91, ou 15,58% da carteira. Essa exposição demanda acompanhamento contínuo quanto ao risco de crédito, à concentração por emissor, à liquidez, à remuneração e à compatibilidade com os limites regulamentares e com a Política de Investimentos. A análise desses ativos deve considerar a capacidade financeira dos emissores e os riscos associados, especialmente diante da relevância da participação desses instrumentos no patrimônio do Instituto.

No segmento de renda variável, a carteira apresentou exposição correspondente a 11,49% do patrimônio investido, equivalente a R$ 71.139.461,02. Esse segmento apresentou rentabilidade negativa de 9,53% no mês, com resultado financeiro negativo de R$ 7.496.715,58. O comportamento observado demonstra a volatilidade inerente aos ativos de renda variável, reforçando a necessidade de acompanhamento de desempenho, risco de mercado, aderência à Política de Investimentos e compatibilidade com os objetivos atuariais do Instituto. Sua manutenção deve continuar vinculada à avaliação técnica das perspectivas de longo prazo e à adequação da exposição aos limites estabelecidos.

Os investimentos estruturados representavam 6,82% da carteira, totalizando R$ 42.194.355,56, e apresentaram rentabilidade negativa de 2,37% no período, com resultado financeiro negativo de R$ 1.024.121,69. Esses investimentos continuam exercendo função de diversificação dos fatores de risco e de busca de retornos por meio de estratégias distintas das utilizadas nos ativos tradicionais. Sua manutenção deve permanecer condicionada ao acompanhamento de desempenho, liquidez, riscos específicos e aderência à estratégia definida pelo Instituto.

Os fundos imobiliários representavam 0,02% da carteira, correspondentes a R$ 137.203,92, posição identificada no relatório da consultoria como relacionada ao ativo Brazilian Graveyard and Death Care, associado ao CARE11. Embora sua participação seja residual em relação ao patrimônio total, o ativo permanece sob acompanhamento específico em razão de seu histórico, de suas particularidades de recuperação e liquidez e da divergência de enquadramento registrada no relatório mensal.

Em outubro, o ativo apresentou retorno negativo de 33,18%, equivalente a uma redução de R$ 68.135,28 em seu valor. O desempenho acumulado no exercício também permanece negativo, com retorno de -45,56%, conforme demonstrativo da consultoria. Esse resultado reforça a necessidade de acompanhamento específico da posição, considerando o histórico do investimento, a possibilidade de recuperação dos recursos, a liquidez efetiva e os aspectos regulatórios. Recomenda-se, portanto, manter o acompanhamento do CARE11, solicitar informações atualizadas à consultoria e registrar em ata as análises, manifestações e deliberações do Comitê de Investimentos relacionadas ao ativo.

No cenário econômico nacional, a manutenção de condições financeiras que influenciam as expectativas de juros, inflação e atividade econômica continua sendo fator relevante para as decisões de alocação dos recursos previdenciários. Esse ambiente exige avaliação criteriosa das alternativas pós-fixadas, prefixadas e indexadas à inflação, especialmente diante dos possíveis impactos das expectativas de mercado sobre os preços dos títulos e fundos de investimento.

A trajetória dos juros reforça a importância de avaliar oportunidades de travamento de taxas reais atrativas em títulos públicos federais e outros ativos compatíveis com o passivo atuarial, desde que observados os limites regulamentares, a Política de Investimentos, as condições de risco e liquidez e a avaliação da consultoria de investimentos. A análise dessas oportunidades deve considerar os efeitos da marcação a mercado, o horizonte de investimento e a capacidade do Instituto de manter os ativos até seus vencimentos, quando aplicável.

No ambiente internacional, as condições de crescimento econômico, as decisões de política monetária das principais economias e as incertezas geopolíticas permanecem fatores relevantes para o comportamento dos mercados de renda variável, câmbio e ativos internacionais. Esses elementos reforçam a necessidade de acompanhamento contínuo dos investimentos expostos a fatores de risco externos, considerando sua contribuição para a diversificação e os efeitos potenciais sobre a volatilidade da carteira.

Diante desse cenário, a estratégia de investimentos deve manter como principais pilares a preservação patrimonial, a liquidez, a diversificação e a busca de rentabilidade compatível com a meta atuarial, sem desconsiderar as oportunidades decorrentes das condições de mercado. As decisões de alocação devem continuar respaldadas em análise técnica, manifestação da consultoria de investimentos e observância dos procedimentos de governança e controle aplicáveis ao RPPS.

A evolução da carteira até outubro reforça a avaliação de que, apesar do resultado negativo no mês de referência, o desempenho acumulado do exercício permanece satisfatório. A rentabilidade acumulada de 10,97%, diante de uma meta atuarial acumulada de 9,23%, representa superação de 1,74 ponto percentual, demonstrando desempenho superior ao parâmetro atuarial estabelecido para o período. Por outro lado, a rentabilidade mensal de -0,81%, inferior à meta mensal de 0,79%, evidencia a necessidade de acompanhamento dos fatores que contribuíram para a retração da carteira.

Ao mesmo tempo, o Comitê de Investimentos entende que a manutenção de resultado acumulado superior à meta não elimina a necessidade de acompanhamento permanente dos riscos. Permanecem como pontos de atenção a evolução do cenário de juros, a concentração dos recursos, o comportamento dos ativos de renda variável e estruturados, a exposição a títulos privados bancários, a gestão da liquidez, a adequação das alocações à Resolução CMN nº 5.272/2025 e a avaliação das oportunidades de investimento em títulos públicos federais compatíveis com as necessidades atuariais do Instituto. Deve ser dada atenção especial à divergência de enquadramento apontada para a posição em fundos imobiliários, com solicitação de esclarecimentos formais e registro das providências adotadas.

Diante do exposto, o Comitê de Investimentos entende que o desempenho da carteira do ITAPREV no mês de outubro de 2026 foi desfavorável, com rentabilidade mensal inferior à meta atuarial. Entretanto, no acumulado do exercício, a carteira permanece com rentabilidade superior à meta, mantendo parcela relevante dos recursos em ativos com liquidez de até 30 dias. Não obstante, a avaliação conclusiva sobre o enquadramento regulatório da totalidade da carteira deve considerar o esclarecimento da divergência

identificada no relatório da consultoria, especialmente em relação à posição classificada como desenquadrada na categoria de fundos imobiliários.

Assim, o Comitê de Investimentos manifesta parecer favorável quanto à condução geral da carteira de investimentos do ITAPREV no mês de outubro de 2026, considerando o resultado acumulado superior à meta atuarial e a manutenção das diretrizes gerais de gestão, sem prejuízo da necessidade de acompanhamento dos riscos e de regularização documental dos pontos de atenção identificados. Recomenda-se que a divergência de enquadramento seja formalmente esclarecida pela consultoria de investimentos e que as providências adotadas sejam registradas e submetidas à apreciação dos órgãos competentes, observando-se os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação e prudência previstos na legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social.

José Roberto dos Santos
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: CP RPPS CGINV III (Avançado)

Alex Domingues de Castro Santos
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: CP RPPS CGINV III (Avançado)

Rafael de Jesus Freitas
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação CP RPPS CGINV III (Avançado)